

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.194 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2000

Comissão ouve Martus Tavares sobre a concessão de 11,98% ao Judiciário

O relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando, pretende questionar ministro sobre os recursos necessários ao cumprimento da decisão do STF, adotada quando a proposta já estava em tramitação no Congresso Nacional



Martus Tavares (acima) prestará esclarecimentos sobre a proposta orçamentária amanhã, a partir das 14h. Comissão pretende saber como será pago o reajuste concedido por força de decisão do Supremo Tribunal Federal



O ministro do Planejamento, Martus Tavares, deve comparecer amanhã, às 14h, à Comissão de Orçamento. O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, pretende questioná-lo sobre o pagamento do reajuste de 11,98% para o funcionalismo do Judiciário, pois a decisão do Supremo Tribunal Federal foi adotada quando a proposta já tramitava no Congresso. O presidente da comissão, deputado Alberto Goldman, deu prazo até quarta-feira para que os partidos indiquem os nomes dos parlamentares que irão chefiar as dez sub-relatorias encarregadas de examinar as emendas dos congressistas.

PÁGINA 3

CCJ



Machado pretende incluir no Orçamento recursos para custear campanhas

Financiamento público de campanhas está na pauta

PÁGINA 3

CAS/CCJ



Arruda é relator da proposta, já aprovada pela Câmara dos Deputados

Restrição à propaganda de cigarros volta a ser debatida

PÁGINA 4

CAE



Suassuna, relator, diz que projeto preserva regiões beneficiadas por incentivos

Incentivos à informática poderão ter novas regras

PÁGINA 4

Plenário vota novas unidades da Procuradoria da República

PÁGINA 2



Ex-secretária depõe sobre denúncias contra Luxemburgo

PÁGINA 4

Tebet preside a comissão mista que analisa a medida provisória

Comissão aprecia relatório sobre fundos de desenvolvimento

PÁGINA 4

Senado decide sobre ampliação da Procuradoria da República

O Senado vota amanhã projeto de iniciativa do Ministério Público criando procuradorias da República nos municípios de Resende, Itaperuna e São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro; Campo Mourão, Paranaguá e Ponta Grossa, no Paraná; Pelotas e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul; e Lages e Tubarão, em Santa Catarina.

O mesmo projeto cria 20 procuradorias da República em municípios ainda não especificados. Elas serão implantadas gradativamente e na medida das necessidades do serviço, conforme o Ministério Público. O texto também cria, na carreira de apoio técnico-administrativo da Procuradoria, 136 cargos efetivos de técnico e 599 cargos efetivos de assistente.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) concordou com o projeto, reconhecendo que o crescimento da demanda por prestação jurisdicional na área da Justiça Federal vem impondo ao Ministério Público aumento em seu ritmo de trabalho.

Na quarta-feira, será votado projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que reduz de 12% para 7% a alíquota interestadual do ICMS da farinha de trigo. Osmar diz que, se a atual produção apenas dobrar, o que será possível com a redução proposta, serão gerados 400 mil empregos e uma renda adicional de US\$ 1 bilhão para o país.

Nesta semana, o Senado também vota projetos destinados a renovar a concessão de funcionamento da Rádio Alvorada de Rondônia, de Ji-Paraná (RO); da Rádio Difusora de Lençóis Paulista, de Lençóis Paulista (SP); da Rádio Vale do Taquari, de Coxim (MS); da Rádio Centenário, de Araras (SP); da Rádio e Televisão Atalaia, de Óbidos (PA); e da Rádio Clube de Guaxupé, de Guaxupé (MG).



SEGUNDA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2000

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 43/2000, que dispõe sobre a criação de procuradorias da República em municípios; PDL nº 47/94, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Taquari para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coxim (MS); PDL nº 67/94, aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Centenário de Araras para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araras (SP); PDL nº 65/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Atalaia para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Óbidos (PA); Requerimento nº 534/2000, do senador Paulo Souto, solicitando a retirada da PEC nº 76/99, da qual é o primeiro signatário; e Requerimento nº 538/2000, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a retirada da PLS nº 159/2000, de sua autoria.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro e último sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 88/99, altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição Federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PDL nº 159/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Guaxupé para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaxupé (MG); PDL nº 179/99, aprova o ato que renova a autorização do governo do estado de Minas Gerais — Rádio Inconfidência para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte (MG); e PR nº 27/2000, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 195/99, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Alvorada de Rondônia para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ji-Paraná (RO); PDL nº 205/99, aprova o ato que renova a autorização do governo do estado de Minas Gerais — Rádio Inconfidência para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Belo Horizonte (MG); PDL nº 248/99, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora de Lençóis Paulista para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lençóis Paulista (SP); Requerimento nº 539/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada da PLS nº 495/99, de sua autoria; e Requerimento nº 540/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada da PLS nº 496/99, de sua autoria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 1ª parte — apresentação das cinco emendas da

Comissão ao Orçamento de 2001.

2ª parte — PRS nº 76/2000, altera a Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PRS nº 79/2000, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; Mensagem nº 215/2000, que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep); e PLC nº 49/99, altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91 e o Decreto-Lei nº 288/67, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

Após a Ordem do Dia — discussão e votação das emendas da Comissão ao Orçamento de 2001. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 286/99, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta; PLS nº 69/2000, que determina a obrigatoriedade do uso do Sistema de Legenda Oculta na Veiculação de Mensagens do Poder Público pelas Emissoras de Televisão; PLS nº 505/99, que inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da educação básica e superior; PLS nº 140/2000, que denomina Rodovia Otávio Corêa de Melo trecho da BR-401 (RO); PLC nº 26/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Requerimento do senador Geraldo Althoff, solicitando audiência pública com o diretor-presidente da Associação dos Provedores de Internet (Abranet), Roque Abdo, e convidando outras entidades envolvidas para se fazerem representar, visando melhor instruir a tramitação do PLS nº 151/2000, que dispõe sobre acesso a informações da Internet; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir a Mensagem nº 211/2000, que submete à apreciação do Senado proposta de recondução do nome de David Zilbersztajn ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

Após a Ordem do Dia — CPI do Futebol

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 10/94, que dispõe sobre a remuneração mínima do assistente social; PLC nº 1/99, regulamenta o

Brasil 500



parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades; PLS nº 12/2000, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608/98 (dispõe sobre o serviço voluntário); PLS nº 125/2000, que dispõe sobre a responsabilidade pela destinação final

de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e saneantes deteriorados ou com prazo de validade expirado; emendas apresentadas no turno suplementar ao substitutivo do PLS nº 530/99, que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PLS nº 600/99, acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto; e PLS nº 655/99, acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para dispor sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos com a de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

Pauta: exposição do presidente do Banco Central do Brasil, Arminio Fraga Neto, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, parágrafo 5º, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães na Câmara dos Deputados*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PEC nº 57/95, altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas; PLS nº 351/99, altera o art. 32 da Lei nº 9.605/98, para determinar aumento de pena na hipótese que especifica; PLC nº 56/2000, que cria cargos na carreira de policial federal; PLC nº 57/2000, que dispõe sobre a identificação criminal; PLC nº 58/2000, altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 9.034/95, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminais; PLS nº 302/99, que dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; PEC nº 77/99, que imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição federal; emendas de plenário nºs 1, 2 e 3 ao PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas

de previdência complementar; PLC nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação; PLS nº 27/99, altera os artigos 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071/16 (Código Civil), referentes a investigações de paternidade; PLS nº 654/99, que dispõe sobre encargos financeiros incidentes no crédito rural nas áreas da Sudam e da Sudene; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; PLS nº 112/2000, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, que estabelece hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato; PEC nº 87/99, altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); PLS nº 669/99, altera dispositivo da Lei nº 9.433/97, que institui a Polícia Nacional de Recursos Hídricos; PDL nº 34/93, aprova o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; e PLS nº 130/99, proíbe divulgação de pesquisas eleitorais no período que determina, mediante o acréscimo de parágrafo ao art. 33 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir a Mensagem nº 216/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Renato Navarro Guerreiro para exercer o cargo de presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

18h — Audiência pública com a finalidade de instruir a Mensagem nº 212/2000, que submete à apreciação do Senado proposta de recondução do nome de José Mário Miranda Abdo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

14h30 — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.035-26, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste. Pauta: discussão e votação do relatório de mérito. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

Quinta-feira

9h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: discussão e votação das cinco emendas ao Orçamento Geral da União de 2001; Requerimentos, do senador Geraldo Cândido, nºs 14/2000, solicitando a criação de subcomissão permanente destinada a analisar acidentes que acarretem danos ao meio ambiente; e 15/2000, solicitando a realização de uma audiência pública para discutir o "dimensionamento da crise no setor elétrico e as possíveis soluções" com a presença do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho; dos presidentes da CNS, Maria Santa, e da Eletrobrás, Firmino Sampaio; do coordenador do Ivig/Coppe/UFRJ, Luiz Pinguelli Rosa, e do diretor da Ilumina, Roberto Araújo. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

Após a Ordem do Dia — CPI do Futebol

Pauta: depoimento da estudante de Direito Renata Carla Moura Alves. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Revelação*, de Robert Zemeckis. *Audiário Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão de Orçamento ouve Martus

Relator pretende questionar ministro sobre pagamento do reajuste de 11,98% para o Judiciário, concedido quando a proposta orçamentária estava tramitando no Congresso

A Comissão Mista de Orçamento ouvirá amanhã, às 14h, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, responsável pela elaboração do projeto orçamentário. O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), pretende questionar o ministro sobre o pagamento do reajuste de 11,98% para o funcionalismo do Judiciário, pois a decisão do Supremo Tribunal Federal foi adotada quando a proposta já se encontrava em tramitação no Congresso.

O relator-geral afirmou à imprensa que não pretende incluir previsão de pagamento do reajus-

te, pois compete ao Executivo a iniciativa sobre gastos com funcionários. Pela legislação, o Congresso não pode alterar, exceto se encontrar erros, a previsão de gastos com pessoal, com juros, com amortizações de dívidas e com benefícios previdenciários.

Martus Tavares é o segundo ministro a ser ouvido pela Comissão de Orçamento. O primeiro foi o titular da Fazenda, Pedro Malan, o qual repassou ao Congresso a responsabilidade de conseguir recursos se quiser aumentar o salário mínimo para um valor acima de R\$ 159. Martus Tavares comparece à comissão no momento em que os parlamentares e as co-

missões do Congresso estão apresentando emendas ao Orçamento – o prazo irá até o dia 11.

O presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), deu prazo até quarta-feira para que os partidos indiquem os nomes dos parlamentares que irão chefiar as dez sub-relatorias encarregadas de examinar as emendas dos congressistas. Os relatores setoriais terão de apresentar seu trabalho até o dia 24 de novembro, permitindo que o Plenário da comissão realize a votação até 30 de novembro. A seguir, o relator-geral, senador Amir Lando, deve apresentar até 8 de dezembro um relatório final, que



Martus Tavares é aguardado na Comissão de Orçamento amanhã, a partir das 14h

será votado até o dia 14, sendo encaminhado a seguir à deliberação pelo Congresso Nacional.

CPI vai ouvir 23 pessoas nesta semana em São Paulo

A Comissão Parlamentar Mista de In-



quérito que investiga o roubo de cargas realiza quinta e sexta-feira, sempre a partir das 9h, uma série de audiências públicas na Assembléia Legislativa de São Paulo. Nesses dois dias, a CPI ouvirá 23 pessoas, muitas delas apontadas por Jorge Méres, que trabalhou para uma quadrilha com base em Campinas (SP). Na lista de depoentes, há empresários acusados de receptor cargas roubadas. Serão ouvidos também vários detentos, todos acusados de pertencer ao crime organizado. Pelo menos 50% dos roubos de cargas ocorrem nas rodovias do estado de São Paulo.

Esta é a segunda visita dos parlamentares da CPI, que é presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a um estado da Federação. Em outubro, a comissão esteve em Santa Catarina.

Acesso à Internet poderá ser tema de debate público

A Comissão de Educação (CE) se reúne amanhã, às 11h30, para discutir, entre outros itens, requerimento de Geraldo Althoff (PFL-SC) convocando audiência pública com o diretor da Associação dos Provedores de Internet (Abranet), Roque Abdo, entre outras entidades do ramo, para instruir os senadores na votação de projeto, de autoria do ex-senador Luiz Estevão, que trata do acesso à Internet.

A comissão examinará também projetos dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Luiz Pontes (PSDB-CE) que tratam da inclusão de legendas ocultas na programação de emissoras de TV, destinadas a pessoas com deficiência auditiva.

O projeto de Lúcio Alcântara estabelece cota mínima para a produção de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta e tem parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Já o projeto de Luiz Pontes, que obriga o uso desse tipo de legendas em mensagens geradas pelo poder público, recebeu de Simon parecer pela rejeição.

CCJ examina financiamento público de campanha eleitoral

O projeto de lei, do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que prevê a instituição do financiamento público das campanhas políticas é uma das matérias que se encontram na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne quarta-feira, às 10h. Outros 16 itens constam da pauta. Entre eles, o projeto que regulamenta a relação entre os três níveis de governo e seus fundos de previdência complementar.

O projeto de Sérgio Machado amplia de R\$ 0,35 para R\$ 7, nos anos em que se realizarem eleições, o valor que, multiplicado pelo número de eleitores alistados na Justiça Eleitoral até 31 de dezembro do ano anterior, constituirá a dotação orçamentária destinada ao alistamento e às campanhas eleitorais. Uma pequena parcela dos recursos



Machado propõe distribuição proporcional dos recursos entre os partidos políticos

do fundo – 1% do total – será distribuída de forma equitativa para todos os partidos políticos. Os demais 99% serão repartidos entre os partidos com representação na Câmara dos Deputados, segundo a proporção de suas bancadas. Ao apresentar seu parecer favorável, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) lembra que em vários países são noticiados escândalos envolvendo os partidos, os candidatos e os fi-

nanciadores de suas campanhas.

A proposta de regulamentação dos fundos de pensão volta a exame da comissão para que sejam discutidas três emendas apresentadas em Plenário pelos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Heloísa Helena (PT-AL). Todas receberam parecer favorável do relator, José Fogaça (PMDB-RS). A emenda de Arruda destina-se a evitar que os fundos venham a controlar sociedades anônimas. As emendas de Heloísa Helena reforçam a composição paritária do conselho deliberativo de cada fundo, entre representantes de participantes e patrocinadores.

Também será analisado parecer favorável do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a projeto que regulamenta a gestão democrática no ensino público. O projeto prevê a participação de representantes da direção escolar, do corpo docente e discente e da comunidade local nas decisões de planejamento, avaliação e implementação das ações das escolas.

Estará ainda em pauta projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que proíbe o uso da expressão “boa aparência” nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal. A expressão, para ele, tem caráter discriminatório.

CI avalia pedidos de recondução de diretores da Anatel, Aneel e ANP

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprecia nesta semana as mensagens presidenciais que solicitam a recondução dos atuais diretores ao comando das agências nacionais de Telecomunicações (Anatel), Energia Elétrica (Aneel) e Petróleo (ANP). Os dois primeiros terão seus mandatos concluídos ainda neste ano, enquanto o último conclui o primeiro mandato em janeiro de 2001.

A mensagem de recondução de Renato Navarro Guerreiro à presidência do Conselho Diretor da Anatel tem como relator o senador Romero Jucá (PSDB-RR). Engenheiro formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Guerreiro assumiu a presidência da agência em 5 de novembro de 1997, após exercer por dois anos o cargo de secretário-executivo do Ministério das Comunicações.

O senador Paulo Souto (PFL-BA)

é o relator da mensagem presidencial que indica José Mário Miranda Abdo, atual diretor-geral da Aneel, para novo mandato de três anos. Desde dezembro de 1997, Abdo dirige a agência, que tem entre suas principais atribuições a fiscalização de empresas do setor elétrico e a concessão de empreendimentos de geração e transmissão de energia. Ele tem pós-graduação em Engenharia de Sistemas Elétricos pela Universidade de Brasília (UnB).

O pedido de recondução de David Zylberstajn à diretoria-geral da ANP terá parecer de Gerson Camata (PMDB-ES). Diretor da agência desde janeiro de 1998, Zylberstajn foi secretário de Energia de São Paulo de 1995 a 1998. Ele formou-se em Engenharia Mecânica pela PUC do Rio de Janeiro e tem doutorado em Economia da Energia pelo Instituto de Economia e de Política da Energia de Grenoble, na França.

Em estudos, subcomissão para tratar de danos ambientais

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se quinta-feira, a partir das 9h, para apreciar requerimento apresentado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ) solicitando a criação de uma subcomissão permanente para analisar acidentes que provocam danos ao meio ambiente.

Também está na pauta da comissão a análise de outro requere-

mento de Geraldo Cândido solicitando a realização de audiência pública para discutir a crise no setor elétrico e suas possíveis soluções.

Se aprovado, deverão ser convidados para tratar do assunto o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e o presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, entre outras autoridades.

CAS analisa procedimentos para coleta de sangue

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota quarta-feira projeto de lei da Câmara que regulamenta dispositivos da Constituição relativos à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados. O relator da proposta, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), é favorável à aprovação. A comissão também votará projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), relatado igualmente por Althoff, que recomenda a aprovação, definindo a responsabilidade pela destinação final de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos, cosméticos e saneantes deteriorados ou com prazo de validade expirado. Estão ainda na pauta da CAS pro-

jecto de lei da Câmara referente à remuneração mínima do assistente social e proposta, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. Também está na pauta projeto do senador Luiz Pontes que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante demitida sem justa causa até cinco meses após o parto. Devem ser ainda votadas emendas de Geraldo Althoff ao projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares.

CAE examina novas regras para setor de informática

Substitutivo ao projeto de lei da Câmara que muda as regras relativas aos incentivos para o setor de informática está na pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza amanhã. Segundo o relator da proposta e presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o substitutivo pretende garantir a distribuição dos incentivos de forma equilibrada, e assim abrir oportunidades de investimento em todas as regiões sem prejudicar as áreas já beneficiadas, como a Zona Franca de Manaus.

A CAE examinará ainda mensagem

em que o Executivo solicita autorização para contratar operação de crédito, no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões, junto ao Hungarian Export-Import Bank (Banco Húngaro de Comércio Exterior). Os recursos seriam destinados ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional.

ARMÍNIO FRAGA

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, será ouvido quarta-feira em reunião conjunta da CAE e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

CAS e CCJ discutem restrição à propaganda de cigarro

Está prevista para amanhã, a partir das 10h, reunião para debater a proposta elaborada pelo Executivo e já aprovada pela Câmara

O projeto de lei que restringe a propaganda de cigarros será debatido amanhã, a partir das 10h, em reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto, encaminhado pela Presidência da Repúbli-



O projeto aguarda parecer de José Roberto Arruda, indicado relator

ca, já foi aprovado na Câmara dos Deputados e aguarda parecer do senador José Roberto Ar-

ruda (PSDB-DF).

De acordo com a proposta, a propaganda desses produtos derivados do fumo só poderá ser feita por meio de pôsteres, painéis e cartazes instalados na parte interna dos locais de venda, e desde que não inclua a participação de crianças ou adolescentes. Também fica proibida a associação dos produtos com a prática de atividades esportivas,

olímpicas ou não, bem como a sugestão ou indução ao consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais.

Na exposição de motivos que acompanha o projeto, o ministro da Saúde, José Serra, afirma que as medidas contidas na lei atual não foram suficientes para inibir o consumo de cigarros. Assim, ele sugere a revisão da legislação para permitir a queda dos índices de consumo, melhorando a saúde da população e reduzindo os custos do Sistema Único de Saúde (SUS) com doenças provocadas pelo consumo de cigarro.

CPI do Futebol ouvirá quinta-feira a ex-secretária de Wanderley Luxemburgo

A estudante de Direito Renata Carla Moura Alves é a próxima depoente da comissão parlamentar de inquérito que está investigando o futebol brasileiro. Na quinta-feira, dia 9, após a Ordem do Dia, ela falará sobre as denúncias que fez contra o ex-treinador da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo. Amanhã, a CPI do Futebol realizará reunião administrativa prevista para também começar após a Ordem do Dia.

Uma das acusações que, segundo a imprensa, Renata Alves havia feito contra Luxemburgo é que ele teria se utilizado de sua posição como



treinador de futebol para realizar operações em proveito pessoal. A estudante de Direito já encaminhou à CPI vários documentos que comprovariam as denúncias. O relator da comissão, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), informou que a autenticidade de todos os papéis será atestada.

Além do depoimento de Renata Alves, a CPI do Futebol também ouvirá o vice-presidente do Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, o conselheiro Paulo César Ferreira e o representante oficial da pa-

trocinadora do clube, a ISL Worldwide (International Sports Media, Marketing and Licensing Integrated).

A lista de convocados a depor inclui ainda os empresários Juan Figger e Luiz Vianna, além do ex-advogado do jogador Bebeto, Levi Lafetá. Serão ainda ouvidos Sérgio Paulo Gomes de Almeida, Agathirno da Silva Gomes, Ivon Bernardo Morgado e João Manuel de Almeida, todos ligados ao Vasco da Gama. A CPI também convidou para falar o ex-ministro dos Esportes Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e o presidente da Fifa, Joseph Blatter.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — Debate — Sen. Lauro Campos e o antropólogo George Zarur falam sobre a Região e a Nação América Latina
7h30 — Entrevista — Sen. Artur da Távola fala do livro *Em Flagrante*
8h — Especial — Orçamento
8h30 — TV Escola — Educação Especial — De zero a três anos
9h — Cores do Brasil — Pernambuco
9h30 — Congresso de Aplicações da Internet no Governo
11h — Entrevista — Terapias alternativas
12h — Entrevista — Sen. Artur da Távola fala do livro *Em Flagrante*
12h30 — Revista Brasília
13h30 — Debate — Sen. Lauro Campos e o antropólogo George Zarur falam sobre a Região e a Nação América Latina
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h — Entrevista — Sen. Geraldo Althoff fala sobre a política nacional de sangue
18h30 — Revista Brasília
19h30 — Debate — Sen. Lauro Campos e o antropólogo George Zarur falam sobre a Região e a Nação América

Latina
20h30 — Entrevista — Sen. Artur da Távola fala do livro *Em Flagrante*
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (representação)
Logo após — *Revista Brasília*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Comissão votará relatório sobre fundos constitucionais

A comissão mista que examina a medida provisória que altera a legislação sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste deve votar quarta-feira, a partir das 14h30, o relatório do deputado Francisco Garcia (PFL-AM). O colegiado é presidido pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

O deputado destaca como grande vantagem da MP a fixação de taxas fixas de juros para empréstimos concedidos com recursos dos fundos, variando de 9% a 16%, de acordo com a extensão da propriedade rural ou industrial do tomador do emprés-

timo. A comissão já promoveu vários debates e audiências públicas sobre o assunto.

Os fundos constitucionais foram criados pela Constituição de 1988 para financiar os setores produtivos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A União é obrigada a repassar 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os fundos. De acordo com dados fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram repassados no ano passado R\$ 286 milhões para o Fundo Constitucio-



Ramez Tebet é o presidente da comissão mista que está analisando a medida provisória

nal de Financiamento do Norte (FNO) e o mesmo valor para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) recebeu, no mesmo período, R\$ 853 milhões.

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal